

A POPULAÇÃO DE RUA E A INVISIBILIDADE INSTITUCIONAL: O RECONHECIMENTO DE DIREITOS AOS EMUDECIDOS PELO ESTADO

Albert Lima Machado¹; Tauã Lima Verdán Rangel²

¹ Graduando do curso Bacharelado em Direito, Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) / E-mail: alberttrabalhos@hotmail.com

² Professor Orientador, Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) / E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O evento de pessoas em situação de rua em consonância com a invisibilidade institucional é esclarecido com a evolução histórica da sociedade que de forma metódica acaba por excluir do seio social a população vulnerável. Destaca-se ainda os motivos aos quais levaram a população a carência de recursos e posteriormente a vulnerabilidade que afeta constantemente a população que se encontra nas ruas. E ainda, são abordados os mecanismos garantidores de direitos a população emudecida na forma de decretos, leis e da própria Constituição a fim de que sejam discutidos as garantias predominantes e os cenários em que a população em estado de rua se encontra.

OBJETIVOS

Neste viés, o escopo do presente é analisar os obstáculos para a efetivação dos direitos à população de rua.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada para a construção do presente trabalho, se baseou na utilização de métodos dedutivos e historiográficos. A partir do critério de abordagem, a pesquisa é categorizada como qualitativa. No que concernem às técnicas de pesquisa, empregaram-se a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura sob o formato sistemático.



Fonte: Priano, s.d., online

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À vista do exposto, é percebido que com o transpassar do tempo houve a evolução social que no longínquo não tratava de temáticas relevantes de cunho social, mas ao inverter o sentido começou a ser abordado questões conhecidas apenas nos ramos da filosofia, a garantia de direitos a todos os cidadãos. Garantir direitos não se trata apenas de entregar a uma população emudecida um direito que sempre a pertenceu, garantir corresponde à forma perspicaz utilizar de mecanismos para sua melhor aplicação, sendo esses a intervenção do Estado em seus inúmeros poderes como garantidor.



Fonte: Garcia, s.d., online

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, torna-se necessário a intensificação e aplicação do governo a fim de garantir os direitos já pleiteados pela população de em estado de rua, juntamente da reeducação da população.

REFERÊNCIAS

FORTINI, Priscila Ferreira Fortini; SOUZA, Cintia Amélia de Souza. Vozes da Rua: um relato de experiência com moradores de rua. In: **Newpsi.bvs**, [s. l.], p. 1-25, 29 nov. 2009. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

FRANÇA, Francisco. Além da pobreza, moradores de rua vivem com constante ameaça de doenças. In: **Jornal da Paraíba**, [s. l.], p. 91-116, 19 mar. 2020. Disponível em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. Moradores de Rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do Centro POP de Rio do Sul/SC. In: **UNIEDU**, [s. l.], p. 1-16, 2017. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2020.